

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

TERRITÓRIO E PODER: A EXPANSÃO NORTE-AMERICANA

ROMERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO (UFPA)

Território e Poder: a expansão Norte-Americana na Amazônia

RESUMO

Em franca expansão no oriente médio, a territorialidade norte-americana, em paralelo, tem buscando fixar suas estratégias de ação militar sobre o território sul-americano de maneira pausada e expressiva, mostrando seu poder hegemônico aos países que direta ou indiretamente vivem sob sua dependência econômica. Neste breve artigo buscar-se-á refletir à luz do conceito de território e poder como a expansão do poder bélico dos Estados Unidos da América tem se propagado na Amazônia.

Território e Poder: a expansão Norte-Americana na Amazônia

1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 70, o geógrafo francês Yves Lacoste, em seu livro intitulado “A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, ressaltava a pequena atenção dada pelos geógrafos ao papel estratégico da geografia a partir de sua apropriação como conhecimento crucial para a organização do espaço, sobretudo no que diz respeito às questões estratégico-militares, onde uma minoria dirigente conserva em seu poder informações, saberes geográficos, fundamentais para ampliação e consolidação de seu poder hegemônico.

Em franca expansão no oriente médio, a territorialidade norte-americana, em paralelo, tem buscando fixar suas estratégias de ação militar sobre o território sul-americano de maneira pausada e expressiva, mostrando seu poder hegemônico aos países que direta ou indiretamente vivem sob sua dependência econômica.

Neste breve artigo buscar-se-á refletir à luz do conceito de território e poder como a expansão do poder bélico dos Estados Unidos da América tem se propagado na América do Sul.

2. TERRITÓRIO

O território que aqui tentaremos abordar em uma breve discussão é o dos geógrafos, aquele das relações e das múltiplas territorialidades/materialidades sociais.

O território que vamos analisar é o político-econômico-social, onde as práticas dos diferentes atores sociais se materializam, sejam elas internas ou externas ao território. Nessa perspectiva, optamos pelo uso do conceito de território, pois esse oferece, em termos de abordagem teórico-metodológica, parte significativa da existência do Estado e conseqüentemente do governo. O território é a institucionalização do poder por excelência e é nele que podemos evidenciar os conflitos de interesses entre a institucionalização do poder (poder formal) e os poderes que lhes são paralelos (poder informal) e que buscam satisfazer seus exercícios convergindo ou divergindo dele (PALHETA DA SILVA, 2004).

Claude Raffestin (1993), ao tratar do território e da territorialidade, levanta a questão do poder presente no território. Assim, para ele,

‘os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele’ (RAFFESTIN, 1993, p.99).

O território, para Raffestin, é uma interferência de poder constante pelas práticas dos atores que modificam esse território a todo instante. As relações que carregam conteúdos de poder, ou seja, intenções a serem materializadas no território, são parciais, têm uma intencionalidade, ou melhor, carregam a “vontade” de grupos que mantêm o poder e se manifestam no território através de seus interesses.

A característica de cada território está carregada de diferentes intenções sobre as quais os atores expressam suas vontades no território, territorializando relações que são marcadas pelo poder e, dependendo do contexto histórico, de conflitos de interesses que formam o campo conflituoso no território marcado pelo poder em conflito.

Michael Foucault (1996) registrou que território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídica e política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder.

Parafraseando Adolf Hitler, durante sua saga germânica pode-se refletir sobre sua estratégia em busca de território e poder:

Nenhuma nação da Terra possui um só metro quadrado de território concedido pelos céus. As fronteiras são traçadas e modificadas somente conforme a vontade humana.

2.1 O USO DO TERRITÓRIO

Pensar no uso do território nos remete a um caráter estratégico para o desenvolvimento de atividades políticas, militares ou econômicas, o que gera relações políticas e de poder.

Parece evidente que múltiplas e velozes são as mudanças disseminadas e produzidas no contexto das relações de poder em nível global atualmente, o que necessariamente se reflete em outras escalas geográficas: continental, nacional, regional e local.

A militarização de várias áreas do mundo não é um elemento novo, mas tal processo ganha nos dias de hoje um conteúdo de maior complexidade. Compreendida como uma das formas mais excepcionais de territorialização, a militarização pode ser examinada criticamente como um dos fundamentos de uma reprodução cada vez mais ampliada do capital.

No entanto, diversas são as formas e escalas nas quais a militarização apresenta-se organizada territorialmente. Em nosso caso, trataremos da militarização exercida pelos EUA em escala mundial, e mais especificamente da presença militar deste país na América do Sul. O que iremos chamar quanto a isto de *territorialização militar em rede*, apresenta-se em escalas geográficas cada vez mais amplas, e, coincidentemente ou não, esta também é, cada vez mais, a escala de atuação do capitalismo em seu estágio atual de globalização.

Sobre o termo globalização, e apesar de muitos autores utilizarem-no indiscriminadamente, concordamos com Harvey (2004), quando este faz uma crítica incisiva em relação a seu conteúdo opressivo, restritivo e homogeneizador, e quando questiona que diante deste termo, foi dado um papel secundário a palavras como imperialismo, colonialismo e neocolonialismo, muito mais carregados politicamente.

A partir daí o autor propõe uma mudança de linguagem para melhor compreendermos a dinâmica do capitalismo. Para ele, o processo de globalização deve ser entendido como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual. Harvey (2004) entende a *globalização* como um *explícito projeto geopolítico* que deve ser enfrentado, e que para aprofundar-se, baseou-se, entre outras características atuantes de forma conjugada, na cruzada geopolítica empreendida pelos Estados Unidos, sobretudo após 1945, na qual sem esta, a globalização não poderia ter sido realizada.

Com isso, nos dias atuais, há um atraente debate sobre imperialismo e geopolítica, e, especialmente, em relação a um novo imperialismo (PETRAS, 2000) e a uma nova geopolítica.

3. PODER

O poder representa, legitimamente, a possibilidade de alguém, dele investido, impor a sua vontade sobre o comportamento de outros indivíduos. É a capacidade de uma ou mais pessoa, segundo Weber (1969), de impor sua vontade.

Galbraith (1983) assegura que esta é, quase, certamente, a noção mais comum; alguém ou algum grupo está impondo sua vontade e seu(s) objetivo(s) a outros, inclusive aos que se mostram relutantes ou contrários. Quanto maior a capacidade de impor tal vontade e atingir o correspondente objetivo, maior o poder.

O poder pode ser individual, investido em uma pessoa representativa de uma ordem política, econômica ou militar. Porém tem, sempre, o sentido coletivo: poder político, poder econômico, poder militar, poder revolucionário, poder reivindicatório. No prisma individual é o desejo de cada indivíduo de impor sua vontade a outro(s).

Para Vieira (1997) o poder envolve controle, uma vez que é comumente definido como o potencial de uma unidade social de determinar o comportamento de outra. Ou seja, um povo por influência do capital externo, sob a forma de parcerias e de investimentos na ampliação e eficiência operacional, produz, evidentemente, formas de poder e influência de poder sobre os poderes historicamente constituídos.

3.1 PODER NORTE-AMERICANO

Consoante com Haesbaert (2004), a definição de território de Raffestin é bastante abrangente, pois entende:

“o território como a prisão que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado. A idéia de controle do espaço está bastante evidente através do termo prisão, mas a territorialidade não se restringe a um conjunto de relações de poder, ou melhor, a noção de poder de Raffestin é suficientemente ampla para incluir, também a própria natureza econômica e simbólica do poder”.

E corrobora com as estratégias dos norte-americanos, na qual explicita que sua soberania diante dos demais é uma forma de proteção, mas sem admitir sua forma de enclausurar e oprimir os demais povos.

A materialização do poder norte-americano tem se manifestado em rede, na qual a subjetivação de vontades pessoais com suporte em hierarquias de comando é transformada em objetivação de mando, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Desta forma o comandante ou presidente supremo das forças armadas norte-americana exerce seu poder sobre seus subordinados quando os fluxos de decisão devem ser repassados

na escala hierárquica, geralmente, verticalizada. Tal poder assumiu, nas últimas décadas, dimensões transfronteiriças, numa escala global.

Para Vieira e Vieira (2003) a globalização é um poder; poder dialético, poder real e poder imposto. Esse poder se materializa nos acordos, nas concessões e nos privilégios.

O poder no contexto globalizado tem causado uma dualidade: o poder de exercer o poder e o poder de se submeter ao poder. Isso significa que o poder global, exercido por um ator hegemônico, configura os ambientes de submissão.

3.1.1 PODER COERCIVO DOS NORTE-AMERICANOS

Em o Paradoxo do poder americano, Nye (2002) lançou uma discussão sobre o poder coercivo (militar e econômico), alegando que tal poder funciona porque pode forçar as pessoas a agirem da forma que se deseja.

Este tipo de poder pode ser dividido em dois tipos: o militar e o econômico. O poder militar, para Nye (2002), talvez possa ser chamado de vigoroso: se tentar resistir, sentirá as pontas afiadas das baionetas te empurrando na direção que você deve ir. Já o poder econômico é o pegajoso: seduz tanto quanto coage.

Para este estudo a demonstração do poder militar será apresentada com maior representatividade, porém acredita-se que não seja possível dissociá-los em virtude da área em estudo.

A política militar norte-americana segue regras que seriam facilmente compreendidas pelo Império Romano. Uma vez que tal poder é representado por uma instituição, cuja estrutura de comando é semelhante às monarquias do mundo antigo, na qual o Presidente, após consultar os Chefes de Estado-Maior, emite ordens que são obedecidas pelos militares.

A instalação de bases militares norte-americanas (denominadas Forward Operating Locations - FOL, que seriam as localidades de operações avançadas), conforme figura 1, é o maior exemplo do poder americano sobre a América do Sul.

A presença militar norte-americana sobre a América do Sul dá-se pelos exercícios militares conjuntos com as forças armadas locais, e pela instalação de localidade de operação avançada, as FOL.

Nos idos da década de 90, a presença militar dos EUA já se intensificava, principalmente pelo Plano Colômbia (1999). No caso da Colômbia, por exemplo, Washington alocou 1,5 bilhão de dólares em ajuda militar para as forças armadas colombianas e suas milícias paramilitares. O espaço aéreo, a costa marítima e os estuários dos rios foram ocupados pelas forças armadas dos EUA (PETRAS, 2001).

Neste marco, ocorrem três instalações em espaço colombiano (bases de Três Esquinas, Larandia e Porto Leguízamo), que, conforme García (2003), passaram a receber armamentos, logística e estrategistas militares.

No vizinho Equador, além da dolarização da economia, foi instalada a FOL de Manta, e no Peru, a FOL de Iquitos, ambas com presença de militares dos EUA, e em junho de 2004, implementa-se o mais recente projeto para a América Latina, mais especificamente para a Colômbia e região Andina, o chamado Plano Patriota, com perspectivas semelhantes as das operações criadas anteriormente, travestidas de combate às drogas e ajuda humanitária.

Arbex (2004) retrata que o Plano Patriota caracteriza-se como uma considerável operação de agressão aos territórios sob controle das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, alcançando uma extensão de 260 mil km².

O Plano Patriota envolve milhares de soldados dos exércitos da Colômbia e do Equador, que recebem apoio de forças móveis, grupamentos especializados em combate na selva e todo um aparato tecnológico provido pelos EUA.

Conforme o autor, parece explícito o objetivo dos EUA em combater a resistência da guerrilha colombiana, ao intervir direta e indiretamente na guerra civil do país. Mas sua influência estende-se por vários outros pontos estratégicos, sobretudo para os países vizinhos da Colômbia.

Arbex (2004) oferece-nos informações interessantes sobre a importância que ganha o Equador na estratégia norte-americana para a região Andina. O autor escreve que a partir de 1999, Manta, área litorânea, recebe a instalação de uma base aérea (FOL) de grande porte, situada a poucos minutos de vôo das áreas conflituosas na Colômbia.

4. ASCENÇÃO NORTE-AMERICANA X ENFRAQUECIMENTO DO ESTADO-NAÇÃO

Qualquer intervenção de um outro Estado sobre as leis e sua execução dentro do Território e sobre os Nacionais de um outro Estado, configura um atentado ao princípio da Soberania.

O Estado nacional é uma instituição formada em bases territoriais e em torno de um povo e seus símbolos, que representa, historicamente, um poder nacional.

Para Vieira & Vieira (2003), a vida de uma nação se estrutura em torno do Estado-Nação, seus poderes, sua territorialidade, sua organização social, econômica e cultural.

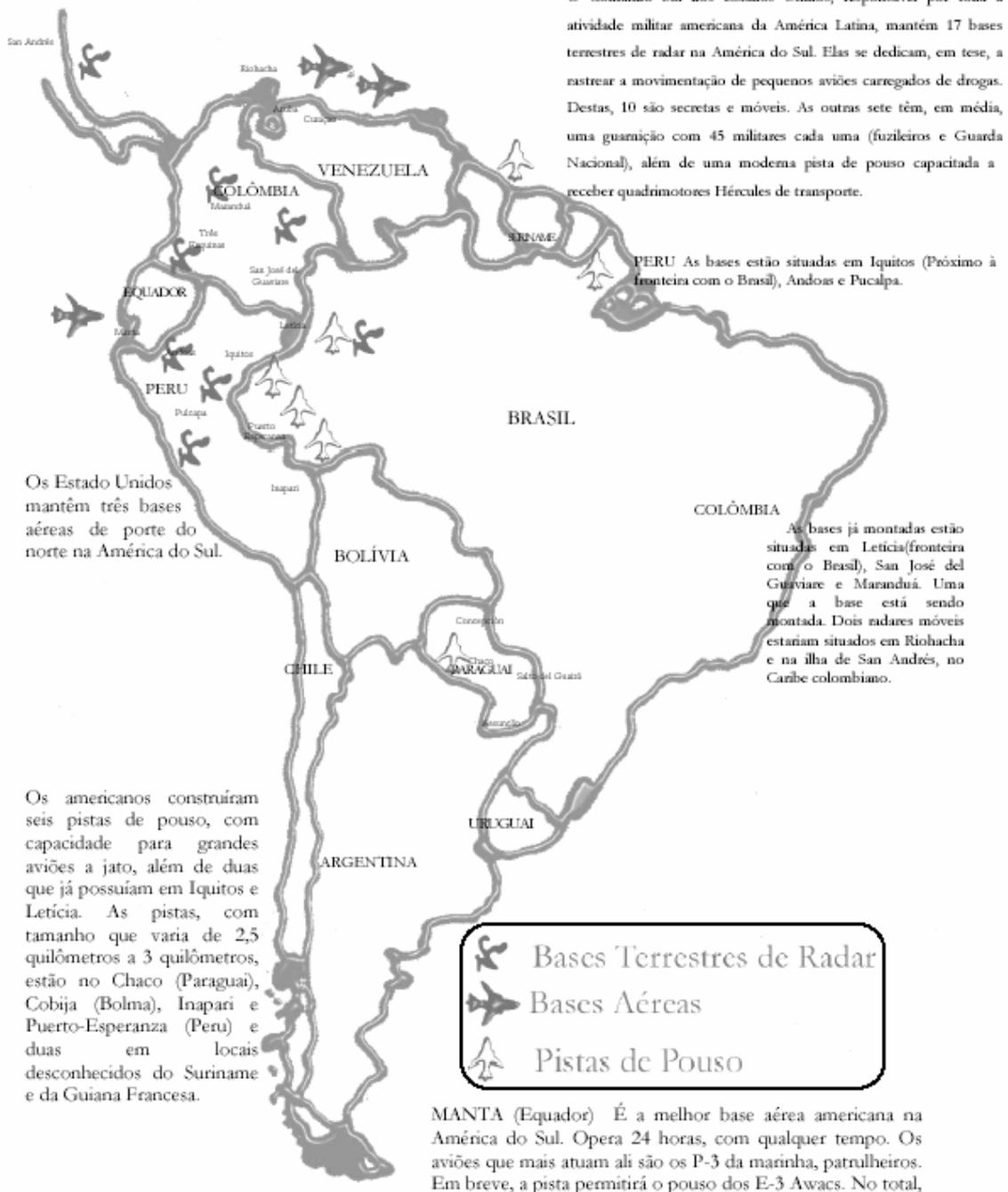
Sem dúvida, mesmo submetido a influências ou dependências externas, o Estado nacional deve manter o poder sobre as atividades internas e, sobretudo, a construção do processo de desenvolvimento.

A projeção do poder econômico ou cultural não atenta a Soberania de um Estado, mas a projeção do Poder militar impõe ao outro Estado sua vontade, tal qual a condição de Rei do Universo de Saint-Exupéry, com controle absoluto sobre o nascer e o pôr-do-sol.

Na medida que perdem soberania os Estados-Nação emergem como participantes de um mundo puramente estratégico, exatamente como o descrito por Sun Tzu:

“É mister que o general se conserve calado, para garantir o sigilo. Que seja digno e justo para manter a ordem. Deve imbuir-se do talento de confundir seus oficiais e soldados por meio de ações e relatórios falsos, para assim mantê-los na mais completa ignorância. Ao modificar suas táticas e alterar os planos, deixará o inimigo desprovido de conhecimentos precisos. Com a constante mudança da base de seu exército e a opção por caminhos tortuosos, impedirá que o inimigo adivinhe seus verdadeiros objetivos. Nos momentos críticos, o líder de um exército age como aquele que, após ter escalado as paredes de um forte, joga fora as escadas.”

Mapa 1 – Guarnições dos EUA na Amazônia Ocidental



Fonte: Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 25/03/2001

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARBEX, J. Plano Patriota prevê nova escalada militar na Amazônia. São Paulo, out. 2004.<<http://www.clubemundo.com.br/revistapangea>>. Acesso em: 15set 2005.
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- GALBRAITH, J.K. Anatomia do poder. São Paulo: Pioneira, 1984.
- GARCÍA, M. Os EUA militarizam a América Latina. In *Marxismo Vivo Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 7. São Paulo: Koorkom, 2003.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LACOSTE, Y. A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.
- NYE, J. S. O paradoxo do poder americano. São Paulo: UNESP, 2002.
- PALHETA DA SILVA, J. M. Poder, Governo e Território em Carajás. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Tecnologia FCT, Universidade Estadual Paulista UNESP, campus de Presidente Prudente, 2004.
- PETRAS, J. A contra-ofensiva imperial: contradições, desafios e oportunidades. In *Marxismo Vivo Revista de Teoria e Política Internacional*, n. 4. São Paulo: Koorkom, 2001.
- POULANTZAS, N. O Estado, O Poder, O Socialismo. Rio de Janeiro: Graal. 1985.
- RAFFESTIN, C. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SAINT-EXUPÉRY, A. O pequeno Príncipe. Rio de Janeiro: AGIR Editora. 48ª ed., 2006.
- SUN TZU. A arte da Guerra. São Paulo: Paz e Terra. Coleção Leitura, 8ª ed., 2006.
- VIEIRA, M.M.F. Poder, objetivos e instituições como determinantes da definição de qualidade em organizações brasileiras e escocesas. *Revista de Administração Contemporânea*, V.1, n.1, 1997.
- VIEIRA, E.F. & VIEIRA, M.M.F. Espaços econômicos: geoestratégia, poder e gestão do território. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003.
- WEBER, M. Economia y sociedad. México: fundo de cultura econômica, 1969.